



XIII - SIGNATÁRIOS: Elizabeth das Chagas Sousa, Defensora Pública Geral do Estado, Jean Carlos Sousa Alexandre, Representante Legal da CONSTRUTORA EVOLUTIA LTDA e Francisco Quintino Vieira Neto, Superintendente da SOP.

Petrus Henrique Gonçalves Freire
Assessor Jurídico

EXTRATO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N° 29/2020

I - ESPÉCIE: SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO N° 29/2020 CELEBRADO ENTRE A DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, A CONSTRUTORA EVOLUTIA LTDA E A SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS – SOP;

II - CONTRATANTE: A DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 02.014.521/0001-23;

III - ENDEREÇO: Av. Pinto Bandeira, 1111, Luciano Cavalcante, Fortaleza/CE, CEP: 60.811-170;

IV - CONTRATADA: CONSTRUTORA EVOLUTIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.102.201/0001-16;

V - ENDEREÇO: Avenida Eusébio de Queiroz, nº 101, Sala 201, Centro, Eusébio/CE, CEP: 61.760-000;

VI - INTERVENIENTE: SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS – SOP, inscrita no CNPJ sob o nº 33.866.288/0001-30;

VII - ENDEREÇO: com sede na Avenida Alberto Craveiro, nº 2775, Térreo, Castelão, Fortaleza/CE, CEP: 60.861-211;

VIII- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 57, § 1º, I, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como nos termos do processo administrativo nº 07785699/2021;

IX – OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de EXECUÇÃO, por mais 240 (duzentos e quarenta) dias, contados a partir de 05/10/2021, estabelecendo o prazo de execução até o dia 01 de junho de 2022;

X - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato, que não foram expressamente modificadas por este Termo Aditivo;

XI – DATA DA ASSINATURA: 05 de outubro de 2021;

XII - SIGNATÁRIOS: Sâmia Costa Farias Maia, Subdefensora Pública Geral do Estado, Jean Carlos Sousa Alexandre, Representante Legal da CONSTRUTORA EVOLUTIA LTDA e Francisco Quintino Vieira Neto, Superintendente da SOP.

Petrus Henrique Gonçalves Freire
Assessor Jurídico

Instrução Normativa N° 86/2020

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA, INTEGRIDADE E CONFORMIDADE NO ÂMBITO DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 148-A, inciso I da Constituição do Estado do Ceará de 1989 e art. 100, da Lei Complementar Federal nº. 80, de 12 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoamento contínuo e implantação de modelos de governança corporativa e práticas gerenciais em todos os setores da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará (DPGE);

CONSIDERANDO a necessidade de apoio e coordenação de ações relacionadas ao disposto na Lei anticorrupção de N° 12.846, DE 01 de agosto de 2013;

CONSIDERANDO a necessidade de apoio e coordenação de ações para atendimento de recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), sobre questões pertinentes à gestão de bens patrimoniais, bens de consumo, políticas de segurança da informação e outros serviços administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de apoio e coordenação de ações para assegurar conformidade ao disposto no decreto federal N° 8.373, de 11 de dezembro de 2014 que Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial;

CONSIDERANDO a necessidade de apoio e coordenação de ações para assegurar conformidade com o disposto na Lei de acesso à informação (LAI) N° 12.527, de 18 de novembro de 2011;

CONSIDERANDO a necessidade de apoio e coordenação de ações para assegurar conformidade com o disposto na Lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD) N° 13.709, de 14 de agosto de 2018;

CONSIDERANDO a necessidade de apoio e coordenação de ações para assegurar a elaboração e manutenção de um plano de recuperação e desastres pautada em processos de gestão de riscos;

CONSIDERANDO a necessidade de apoio e coordenação de ações para assegurar mudanças administrativas e tecnológicas para atender novas formas administrativas de trabalho da Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPGE);

CONSIDERANDO a necessidade de apoio e coordenação de ações para assegurar conformidade com o disposto em demais Leis que repercutem demandas e prazos de adequações administrativas;

CONSIDERANDO a necessidade de integração e coordenação das ações setoriais para atendimento de demandas de adequações quanto às recomendações de órgãos de controle e adequações a novas legislações vigentes com prazos já definidos;

RESOLVE:



Art. 1º. Instituir o Comitê de Governança, Integridade e Conformidade (CGIC), que terá como principais competências:

- I. Criação e manutenção das políticas de governança corporativa, integridade e conformidade com as legislações vigentes;
- II. Criação e manutenção dos modelos de governança corporativa e práticas gerenciais em todos os setores da DPGE;
- III. Planejamento e coordenação das ações necessárias para implementação e disseminação dos modelos de governança e práticas gerenciais em todos os setores da DPGE;
- IV. Planejamento e coordenação das ações necessárias para adequar a DPGE a:
 - a. Lei Anticorrupção;
 - b. Recomendações do TCE-CE;
 - c. Decreto federal do e-Social;
 - d. Lei de Acesso à Informação (LAI);
 - e. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
 - f. Mudanças administrativas da DPGE;
 - g. Demais Leis federais, estaduais e municipais.
- V. Definição de objetivos e metas de implementação dos modelos de governança, modelos de práticas gerenciais e de conformidade com a legislação vigente;
- VI. Monitoramento e avaliação de desempenho dos objetivos e metas definidos.

Art. 2º A estrutura do CGIC terá a seguinte formação:

- I. Coordenador do CGIC;
- II. Secretário executivo do CGIC;
- III. Membro especialista em governança e práticas gerenciais;
- IV. Membro especialista em direito digital;
- V. Membro especialista em gestão de riscos;
- VI. Membro especialista em planos de recuperação e desastres;
- VII. Membro especialista em gestão de bens patrimoniais e bens de consumo;
- VIII. Membro especialista em Recursos Humanos – RH;
- IX. Membro especialista em controladoria e auditoria;
- X. Membro especialista em tecnologia da informação;
- XI. Membro especialista em orçamento e finanças.

Art. 3º O Coordenador e os demais membros do Comitê deverão ser designados pela Defensora Pública Geral através de portaria.

Art. 4º O CGIC deverá ter pelo menos um encontro mensal para realizar as suas ações, presenciais ou não.

Art. 5º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Fortaleza, 15 de outubro de 2020.

Elizabeth das Chagas Sousa
Defensora Pública Geral
DPGE-CE

*Replicado por incorreção

PORTARIA Nº 1926/2021

DETERMINA PUBLICAÇÃO DOS NOMES DOS(AS) DEFENSORES(AS) QUE SOLICITARAM INSCRIÇÃO NO GRUPO DE APOIO AOS EVENTOS PROMOVIDOS POR MOVIMENTOS SOCIAIS, NOS TERMOS DO EDITAL Nº 53/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ em exercício, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 32, inciso VI, alínea "a" e 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

CONSIDERANDO que a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados;

CONSIDERANDO os termos do Edital 53/2021, publicado no DJE em 02.09.2021;

RESOLVE

Art. 1º Publicar a lista dos Defensores e Defensoras Públicas que se inscreveram no Edital nº 53/2021 como membros do Grupo de Ações Integradas de apoio aos eventos promovidos por movimentos constantes no anexo único.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Fortaleza, 21 de setembro de 2021.

**Samia Costa Farias Maia**

Defensora Pública Geral em exercício

DPGE-CE

ANEXO ÚNICO -

DEFENSOR(A)	MATRÍCULA
1) Vinicius Noronha Da Costa Meneses	301.041-1-0
2) Francisco Eliton Albuquerque	301.282-1-4
3) Gustavo Porto Diniz Reis	300.843-3-0
4) Igor Barreto De Menezes Pereira	301.222-1-6
5) Eduardo Antonio de Andrade Villaça	301.107-1-4
6) Josiel Gabriel Da Rocha	301.110-1-X
7) Rozane Martins Miranda Magalhaes	301.037-1-8
8) José Valente Neto	301.158-1-3
9) Fabiana Diógenes	300.327-1-3
10) José Vagner de Farias	301.194-1-X
11) Mayara dos Santos Rodrigues Mendes	300.576-1-9
12) Lia Cordeiro Felismino	301.120-1-6

PORTARIA Nº 2026/2021

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA- GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando a reunião de designação com os Defensores Públicos Auxiliares realizada no dia 15 de abril de 2021;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais;

RESOLVE

Art. 1º Designar MAYARA DOS SANTOS RODRIGUES MENDES, Defensora Pública de Entrância Intermediária, Matrícula nº. 300.576-1-9, para atuar recebendo Intimações Virtuais da 5ª Vara da Infância e Juventude e Vistoria nas Unidades Prisionais Stênio Gomes e Irmã Imelda Lima Pontes, até ulterior deliberação e revogando-se as disposições em contrário.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor a partir do dia 30 de setembro de 2021.

Fortaleza, 30 de setembro de 2021

Elizabeth das Chagas Sousa

Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 2103/2021

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE:

Art. 1º Designar GILSANDRA NOVAES FEITOSA PEIXOTO, Defensora Pública de Entrância Final, Matrícula nº. 301.024-1-X, titular da 2ª Defensoria de Petição Inicial da Comarca de Crato-CE para atuar no processo nº 0032731-03.2014.8.06.0071, o qual tramita na 1ª Vara Cível da Comarca de Crato-CE.

Fortaleza, 06 de setembro de 2021.

Sâmia Costa Farias Maia

Defensora Pública-Geral do Estado, em exercício

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 24/2021



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20210027
BB Nº 896189

A Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará, ELIZABETH DAS CHAGAS SOUSA, RG Nº 30111613 DP CE e CPF Nº 028.525.344-10, tendo em vista a realização do processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20210027, PROCESSO VIPROC Nº 08275848/2021, destinado à AQUISIÇÃO DE UM PACOTE COM 200 (DUZENTAS) LICENÇAS DE SOFTWARES PARA USO DE CLIENTE (SSL-VPN) NO EQUIPAMENTO CHECK POINT E CONTRATAÇÃO DE SUBSCRIÇÃO DE SUPORTE DE USO DO SOFTWARE COLLABORATIVE ENTERPRISE SUPPORT STANDARD EM ALTA DISPONIBILIDADE POR 03 (TRÊS) ANOS, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Edital e seus Anexos, considerando os critérios legais e observados os preceitos das Leis Federais Nº 8.666/93 e Nº 10.520/02, resolve HOMOLOGAR o presente procedimento licitatório, o qual teve como EMPRESA VENCEDORA DO LOTE I (AMPLA DISPUTA): CONVERGE DATA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, CNPJ Nº 20.621.724/0001-60, no valor global de R\$ 69.500,00 (Sessenta e nove mil e quinhentos reais). ADJUDICADO e HOMOLOGADO em 14/10/2021.

Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará, em Fortaleza, 14 de outubro de 2021.

Elizabeth das Chagas Sousa
Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará

**SUMÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

Presidente Des. Maria Nalide Pinheiro Nogueira - Presidente
Endereço Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N. Cambé - CEP: 60822-325
Telefone (85) 3207-7000
Internet www.tjce.jus.br
Diário da Justiça Eletrônico

TRIBUNAL DE JUSTIÇA	2
PORTARIAS, PROVIMENTOS E OUTROS ATOS DA PRESIDÊNCIA	2
EDITAIS, AVISOS E PEDIDOS DE VISTA	30
OUTROS EXPEDIENTES	32
CONSELHO DE MAGISTRATURA	35
ATOS, RESOLUÇÕES E OUTROS EXPEDIENTES	35
DIRETORIA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA	36
PORTARIAS, ATOS, DESPACHOS E OUTROS EXPEDIENTES	36
COMARCAS DO INTERIOR	37
PORTARIAS E ATOS ADMINISTRATIVOS DOS JUÍZOS DAS COMARCAS DO INTERIOR	37
DEFENSORIA PÚBLICA	57